

Estudo de Impacto Ambiental de São Luiz de Tapajós não mede impacto

Categories : [Notícias](#)

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto da usina hidrelétrica de São Luiz de Tapajós usa metodologia inadequada, omite dados importantes para avaliação dos impactos da obra e apresenta ações mitigadoras insuficientes. Essas e outras fragilidades do EIA, primeira etapa do processo do licenciamento ambiental da usina, foi tema de uma análise crítica publicada nesta terça-feira por um grupo de 9 pesquisadores independentes.

O documento, financiado pelo Greenpeace, aponta que o estudo que serve para justificar a construção da hidrelétrica não mede os impactos da obra às comunidades indígenas, ribeirinhos e ao meio ambiente. A avaliação técnica é assinada por especialistas do Museu Paraense Emílio Goeldi, do INPA e da UFPE.

"Em vez de cumprir com o seu papel, que é de prever os reais impactos da construção de empreendimentos do porte dessa hidrelétrica e, assim, informar o processo de decisão, esses documentos tornaram-se mera formalidade para legitimar decisões políticas já tomadas", afirma Danicley de Aguiar, da Campanha da Amazônia do Greenpeace.

O estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental realizado pelo consórcio Grupo de Estudos Tapajós foi protocolado no Ibama em agosto de 2014 pela Eletrobras. Para os autores da análise crítica, o EIA/RIMA deveria ser rejeitado pelo órgão licenciador, por apresentar erros, subestimar amostras e omitir impactos, como os efeitos no trecho do rio abaixo da barragem e os planos de implantação de mais quatro hidrelétricas na mesma bacia hidrográfica.

[O relatório científico pode se lido aqui.](#)

Entenda a história

A Usina de São Luiz dos Tapajós é a primeira de um complexo que prevê a instalação de pelo menos 5 usinas num dos últimos rios livres de hidrelétricas da Amazônia.

Para viabilizar a construção do complexo, num local de rica biodiversidade e cercado por terras indígenas e unidades de conservação, o governo publicou em 2012 a Medida Provisória 558, que alterou a área de 7 unidades de conservação na região. Ao tramitar pela Câmara, a MP aumentou para 8 o número de unidades de conservação atingidas.

Em relação às terras indígenas, o governo preferiu congelar a demarcação da Terra Indígena

Sawré Muybu. O reconhecimento do direito de posse dos Mundukurus sobre a área inviabilizaria a construção da hidrelétrica São Luís do Tapajós. A Constituição determina que os índios só podem ser desalojados de suas terras em casos específicos, como uma epidemia, mesmo assim só com a aprovação prévia do Congresso Nacional.

A causa indígena é um dos fatores que mantêm o licenciamento ambiental da hidrelétrica paralisado. A Justiça já determinou que os indígenas sejam ouvidos antes de qualquer licença.

A análise crítica do EIA/RIMA será encaminhado ao Ibama e ao Ministério Público Federal.

Saiba Mais

[Barragens do Rio Tapajós: relatório científico](#)

[Barragens do Rio Tapajós: relatório ilustrado](#)

Leia Também

[MPF entra com ação civil contra usina São Luiz do Tapajós](#)

[ICMBio: servidores divulgam carta aberta contra recorte de UCs](#)

[Amazônia: Alteração de UCs pode deslocar garimpos](#)